



GÊNERO E DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS: Caminhos para uma Educação em Direitos Humanos

José Diêgo Leite de Santana¹
Marciano Antonio da Silva²
Allene Carvalho Lage³

Resumo

A discussão sobre as relações de gênero e diversidade se apresenta como necessidade na sociedade contemporânea. Na educação, os conteúdos relacionados ao tema têm sido marginalizados. Educar no (re)conhecimento e respeito mútuo é uma proposta da educação em direitos humanos. A formação do/a professor/a nessa perspectiva torna-se centralidade nesse processo. O problema de pesquisa é: como as discussões sobre gênero e diversidade no processo de formação continuada dos/as professores/as contribuem para uma proposta de educação em direitos humanos? O objetivo geral é compreender como as discussões sobre gênero e diversidade no processo de formação continuada dos/as professores/as contribuem para uma proposta de educação em direitos humanos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Gênero e Diversidade. Formação de Professores/as. Educação em Direitos Humanos.

Introdução


Discutir as questões que perpassam as relações de gênero e diversidade no campo da educação se configura enquanto uma das novas exigências da sociedade contemporânea. Entretanto, é preciso salientar que historicamente esse debate esteve à margem dos conteúdos trabalhados pelas instituições de ensino. (Re)pensar a organização das ações presentes nesse espaço consiste num movimento de subverter as situações de opressão, negação e silenciamento que foram naturalizadas no curso da história, possibilitando assim, novas narrativas e configurações para esse contexto.

¹ Atualmente é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA). Licenciado em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP. E-mail: dijo.santana@hotmail.com

² Atualmente é Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA). Licenciado em Pedagogia pela UFPE-CAA. E-mail: marcianoufpe@gmail.com

³ Professora Doutora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco- Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEDUC-CAA) e do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da UFPE. E-mail: allanelage@yahoo.com.br





Nesta direção, educar numa matriz que (re)conheça a emergência do debate acerca das temáticas de gênero e diversidade no contexto escolar, consiste numa proposta de educar em direitos humanos, ou seja, educar para um processo de humanização e respeito mútuo entre os/as indivíduos/as. Sob esse viés, entendemos que a dinâmica dos/das espaços/relações sociais se encontra permeada por tais questões, todavia, o contexto escolar por sua vez, é o lócus privilegiado para tratamento dessa temática, dada a diversidade de sujeitos/as e experiências que advém de diferentes espaços socioculturais.

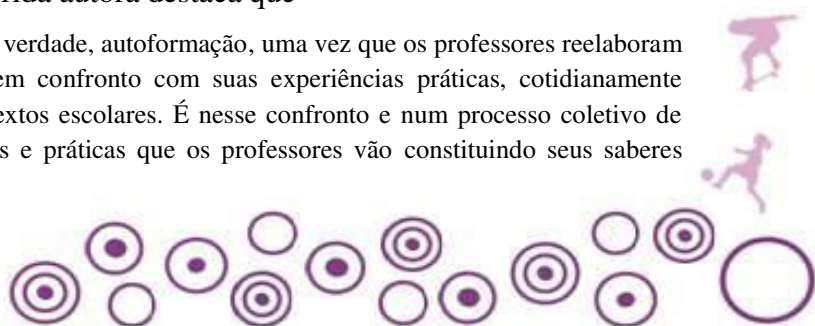
Assim, acreditamos que a dimensão de gênero, diversidade e direitos humanos, deve ocupar um lugar central no processo de formação de professores/as, possibilitando a criação de intervenções pedagógicas para o fortalecimento de sujeitos/as comprometidos/as com a mudança social.


Tomamos a seguinte pergunta enquanto norteadora do nosso trabalho *“Como as discussões sobre gênero e diversidade no processo de formação continuada dos/as professores/as contribuem para uma proposta de educação em direitos humanos?”*. Partindo dessa premissa, temos como objetivo geral compreender como as discussões sobre gênero e diversidade no processo de formação continuada dos/as professores/as contribuem para uma proposta de educação em direitos humanos. Quanto aos objetivos específicos (i) identificar as principais discussões que perpassam a proposta de gênero e diversidade na formação de professores/as; (ii) caracterizar as principais contribuições da discussão sobre gênero e diversidade na formação de professores/as que caminham para uma proposta de educação em direitos humanos.

Fundamentação Teórica

(Re)pensar a dinâmica de organização das ações desenvolvidas no espaço escolar tem se configurado enquanto uma das exigências demandadas as instituições de ensino, entendendo que os métodos/metodologias tradicionais que durante muito tempo foram tidos enquanto inquestionáveis, já não conseguem responder aos anseios que emergem nesse novo século. Soa enquanto uma proposta subversiva, na medida em que permite trilhar novos horizontes para atender aos anseios dos/as sujeitos/as. Por isso, deve estar imbricado numa ação pautada num projeto humano e principalmente emancipatório do ser (PIMENTA, 2002, p .31). Perseguindo essa discussão, a referida autora destaca que

[...] a formação é, na verdade, autoformação, uma vez que os professores reelaboram os saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciada nos contextos escolares. É nesse confronto e num processo coletivo de troca de experiências e práticas que os professores vão constituindo seus saberes





como *praticum*, ou seja, aquele que constantemente reflete na e sobre a prática (PIMENTA, 2002, p. 29).

Compreendemos que o processo de formação continuada dos professores/as deve estar imbricado numa proposta de humanização e sensibilização do ser que rompa com o silêncio e a banalização do mal (ARENDR, 1999). O silêncio é o caminho pelo qual se perpetua a violência. Não se pode confundir o mesmo com a ausência do discurso ou imparcialidade, antes, porém, deve-se compreendê-lo como dispositivo capaz de aceitar a degradação da humanidade no outro.

Conseqüentemente, o não agir – imagem estruturante do silêncio – é expressão ontológica da opressão e da colonização do ser; é máxima das correntes invisíveis que impedem as liberdades e o fazer-se humanamente – fazer a si e fazer ao outro, pois somos também pelo olhar do Outro (LACAN, 1985).


O contra-movimento do não agir é o engajamento. Este é categoria política, filosófica, mas, sobretudo, pedagógica. Não se nasce engajado/a: se faz engajado/a por motivos e inspirações diversas, por desestabilizações no centro e na periferia do ser e pelo circular processo de manifestar-se no mundo. Para tornar-se engajado/a, o homem e a mulher necessitam de ser provocados pedagogicamente. Parece que o engajamento em direitos humanos oferece resposta original frente aos desafios de exclusão, marginalização e anulação do Outro no grande sistema-mundo da contemporaneidade.

Partindo desse princípio de engajamento e respeito à dimensão humana do outro, precisamos incorporar a discussão sobre gênero e diversidade no processo de formação continuada dos/as professores/as. Essa medida reverbera na promoção de uma cultura de direitos humanos no espaço escolar e principalmente na efetivação de uma proposta de respeito à identidade de gênero e orientação sexual. Diante do exposto, exigir da escola um posicionamento frente a essas questões significa entender que a educação formal tem um papel fundamental na formação de sujeitos/as dentro de uma dimensão ética e de respeito às diferenças, para que assim não venha atuar enquanto uma instância de coerção ou mesmo exclusão do outro.

Os estudos desenvolvidos no campo da educação têm apontado que o contexto escolar é um dos espaços onde mais ocorrem violações de direitos das pessoas LGBT's, grande medida contra pessoas transexuais e travestis (PERES, 2009). Ponderamos necessária a criação de instrumentos que venham romper com esse quadro de violências. Sob esse viés, Carrara (2009) ressalta que

[...] a escola precisa estar sempre preparada para apresentar não uma verdade absoluta, mas sim uma reflexão que possibilite aos alunos e às alunas





compreenderem as implicações éticas e políticas de diferentes posições sobre o tema e construirão sua própria opinião nesse debate. A ideia de que educação não é doutrinação talvez valha aqui mais do que em qualquer outro campo, pois estaremos lidando com valores sociais muito arraigados e fundamentais (CARRARA, 2009, p. 14).

Educar com base na temática de gênero e diversidade significa formar sujeitos/as engajados/as na militância pelo fim de qualquer tipo de ação que viole a dignidade do/a outro/a. É possibilitar que todos/as tenham garantidos/as o acesso, a permanência e, sobretudo, o respeito à sua identidade de gênero e orientação sexual. É ensinar aos meninos e às meninas que suas relações devem ser pautadas nos princípios de equidade de gênero. É propiciar uma formação baseada na humanização e fortalecimento de pessoas críticas, ativas e participativas na sociedade. Além disso, é entender que todas essas ações só serão possíveis se tivermos um compromisso com a formação continuada de professores/as nas instituições escolares.

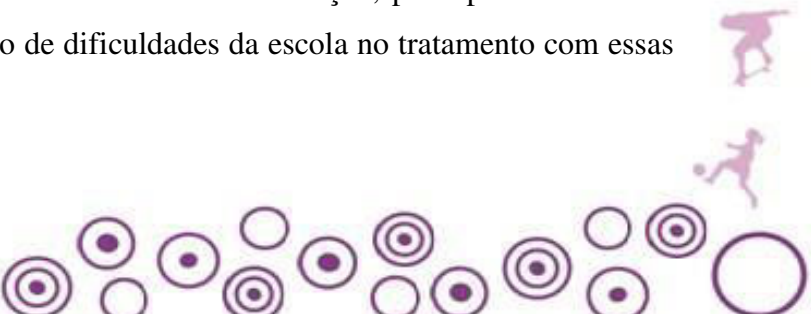
Percurso Metodológico


Nossa pesquisa se encontra ancorada no universo da abordagem qualitativa, compreendendo seu caráter investigativo no processo de desenvolvimento do trabalho (LAGE, 2013, p. 50). Dado o caráter de busca em torno das principais produções teóricas que discutem o tema em questão, entendemos que nosso estudo se configura enquanto uma pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183). Utilizamos inicialmente as técnicas da pesquisa exploratória e posteriormente da pesquisa explicativa (GIL, 2008, p. 27-28).

Análise e sistematização dos dados

Na última década, percebemos um conjunto de resistências no processo de tratamento da temática de gênero e diversidade, principalmente nas instituições escolares. Arraigado num fundamentalismo religioso, esse assunto vem sendo covardemente atacado pelas alas conservadoras da sociedade, as quais têm (re)produzido discursos de ódio na tentativa de deslegitimar e/ou distorcer esse campo de discussão.

Essa realidade vem sendo posta em xeque a partir da retirada das pautas de gênero e diversidade nos planos de educação, provocando a omissão, silenciamento e marginalização desse debate. Sinalizamos que esse movimento é danoso à educação, principalmente aos/as seus/suas sujeitos/as, pois amplia o quadro de dificuldades da escola no tratamento com essas questões, conforme aponta Peres (2009)





A escola apresenta muita dificuldade no trato da orientação sexual e de identidade de gênero, mostrando-se muitas vezes insegura e perdida diante das cenas que não estão presentes em seus manuais. Neste sentido, reifica os modelos sociais de exclusão por meio de ações de violência (discriminação e expulsão) ou de descaso, fazendo de conta que nada está acontecendo (não escuta as denúncias da dor da discriminação) (PERES, 2009, p. 245).

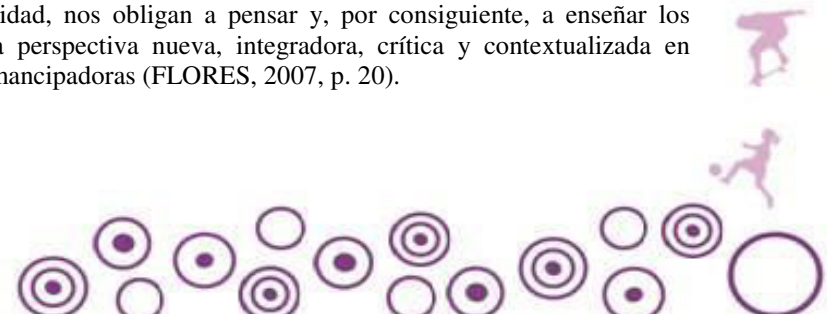
Fica implícita a emergência dessa discussão nas escolas, nos currículos e principalmente na formação continuada de professores/as, para que estes/as últimos estejam preparados/as para lidar com essas questões. Por outro lado, a formação de sujeitos/as críticos dentro desse universo deve ser entendida enquanto um caminho para que venhamos barrar o avanço do conservadorismo e redução de direitos, que ganha força em meio a um conjunto de retrocessos vivenciados principalmente após o golpe de 2016 que acarretou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Essa realidade sombria, caracterizada pela involução de questões que já vinham sendo superadas, põe nossa frágil e recente “democracia” em alerta, na medida em que apresenta riscos aos seus desdobramentos.


Incorporar a discussão sobre gênero e diversidade na formação de professores/as potencializa uma educação dentro de uma matriz de Direitos Humanos, atendendo às demandas das populações, que historicamente estiveram invisibilizados/as e à margem da sociedade, sendo vítima de violações e exclusões no cenário social.

Como então fundamentar a educação para emancipação dos indivíduos e construção de uma sociedade justa e fraterna? Como entender a educação como canal de superação das desigualdades? Diante de tais questões não há como dissociar a educação da educação em direitos humanos. Ela deve possibilitar uma mudança de mentalidade e de postura social, assim como deve lidar diretamente com a construção permanente e processual dos direitos humanos (TAVARES, 2012).

Ora, a resistência a todas as formas de exploração e opressão é a centralidade da educação em direitos humanos. Esse posicionamento evidencia-se na capacidade de escuta dos oprimidos e na sua visibilidade como características básicas de sua atuação. A consciência sobre a educação em direitos humanos é atividade processual e vinculada às práticas sociais, como mostra Flores (2007)

El deterioro del medio ambiente, las injusticias propiciadas por un comercio y por un consumo indiscriminado y desigual, la continuidad de una cultura de violencia y guerras, la realidad de las relaciones trans-culturales y de las deficiencias en materias de salud y de convivencia individual y social que sufren las cuatro quintas partes de la humanidad, nos obligan a pensar y, por consiguiente, a enseñar los derechos desde una perspectiva nueva, integradora, crítica y contextualizada en prácticas sociales emancipadoras (FLORES, 2007, p. 20).





A vinculação à prática social emancipadora coloca a educação em direitos humanos como uma prática criada no chão, engajada com as liberdades e com a democracia. Das práticas aniquiladoras e desumanizadoras, a educação em direitos humanos pretende jamais esquecer-las. Por assim ser, no seu seio encontra-se a memória como estrutura do não esquecimento e do não silenciar; a memória como pedagogia de libertação da violação dos direitos e dos horrores da desumanização. É a educação para o nunca mais, mantenedora da resistência ao medo e à violência. A educação em direitos humanos ainda terá em sua base o compromisso com a formação de sujeitos de direito e o empoderamento ou potenciação dos/as sujeitos/as (SACAVINO, 2008).

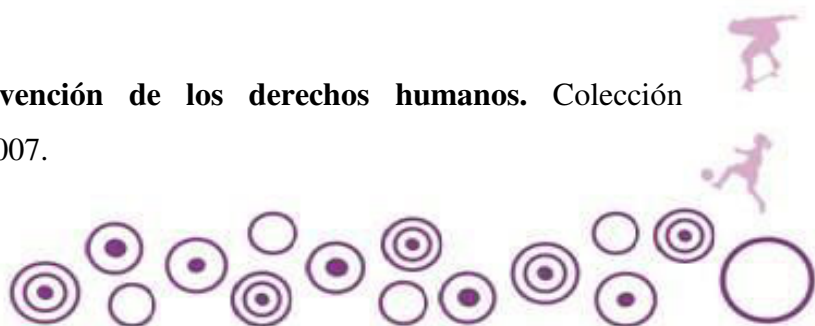
Breves considerações

A discussão sobre as relações de gênero e diversidade faz parte da educação em direitos humanos, uma vez que esta se respalda na construção de uma sociedade mais justa e democrática e que apresenta como valor a diversidade humana em todos os seus aspectos. É com esta preocupação que surgiu o problema de pesquisa: *como as discussões sobre gênero e diversidade no processo de formação continuada dos/as professores/as contribui para uma proposta de educação em direitos humanos?*

Ora, pensando o espaço escolar como uma instituição reprodutora de ideologias e de valores sociais na sociedade moderna, a mesma pode ser transformadora ou opressora. A formação continuada dos/as professores/as deve ser pensada a partir da perspectiva da educação em direitos humanos para que a escola possa ser engajada com os valores democráticos. Assim, a prática docente comprometida com a transformação social e empoderamento dos/as sujeitos/as deve, necessariamente, voltar-se para discussões daqueles/as que foram silenciados/as historicamente.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CARRARA, Sérgio. **Educação, diferença, diversidade e desigualdade**. In: Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : SPM, 2009.
- FLORES, Joaquín Herrera. **La reinvencción de los derechos humanos**. Colección Ensayando. Sevilla: Ed. Atrapasueños, 2007.





GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

LACAN, Jacques. **O seminário: Livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

LAGE, Allene. **Educação e Movimentos Sociais: Caminhos para uma pedagogia de luta**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, (2013).

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

PERES, Wiliam Siqueira. **Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira**. In: *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília. p. 221-234. MEC/UNESCO, 2009.

PIMENTA, S. G. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: PIMENTA, S. G.; GHERDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002.

SACAVINO, Susana Beatriz. **Educação em/para os direitos humanos em processo de democratização: o caso do Chile e do Brasil**. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

TAVARES, Celma. **Perspectivas da Educação em Direitos Humanos na realidade latino-americana e brasileira**. *Revista Jurídica da Universidade Portucalense Infante D. Henrique*, v. 16, p. 23-33, 2012.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

